

APRENDIZAGEM E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DOS MEIOS URBANO E RURAL: GRANDES DESAFIOS

*Julita Lopes Carvalho*¹
UESB/PPGED
*Juscilene Silva Oliveira*²
UESB
*Antônio Domingos Moreira*³
UESB/PPGED
*Janete Santos Silva*⁴
UESB/PPGED

Resumo: O presente artigo traz uma reflexão sobre a evasão dos estudantes das modalidades Educação do Campo e EJA no município de Itapetinga-BA, atrelada ao processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, refletiremos sobre o que seria necessário para melhoria do ensino e permanência desses indivíduos que, por muito tempo, foi oferecido em seriação e/ou multisseriação, como precarização do ensino, especialmente nas escolas do campo, utilizando os mesmos moldes da educação urbana. Através deste estudo, busca-se pressupostos sobre os desafios do ensino noturno nas escolas municipais urbanas e rurais, no município de Itapetinga-BA, visando compreender os causadores da evasão e repetências, pensando em ações que venham contribuir não apenas para a permanência desses alunos, mas também para melhoria do ensino oferecido a estes. Analisaremos o processo de ensino-aprendizagem das escolas municipais, com base nas diretrizes elaboradas para orientar o ensino dessa modalidade, tomando como referencial teórico os autores que tratam dessa desafiadora temática. Importantes autores corroboraram para essa reflexão, dentre eles: o educador Paulo Freire e sua tendência libertária; Marlene Ribeiro, que discute firmemente a liberdade, autonomia e emancipação do sujeito do campo; Arlete dos Santos, pesquisadora e estudiosa na área da educação no/do Campo; a Pedagogia expressa por Demerval Saviani; as contribuições de José Libâneo e João Gasparin, dentre outros que apontam para a necessidade de estruturação adequada da educação, como garantia da continuidade dos direitos já adquiridos através da legislação e das políticas públicas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd (Mestrado Acadêmico) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Professora do Centro Educacional e Cultural José Marcos Gusmão (CECJMG), Rede Municipal de Ensino de Itapetinga-Ba. E-mail: julita.lopeseducacao@hotmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd (Mestrado Acadêmico) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Professora do Centro Educacional e Cultural José Marcos Gusmão (CECJMG), Rede Municipal de Ensino de Itapetinga-Ba. E-mail: jusciso@gmail.com.

³ Mestrando em Educação -UESB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo (GEPEMDEC/UESB), do Grupo do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências Humanas (CEPECH) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo (GEPEC); Professor do Colégio Estadual Sinésio Costa (CESC), Riacho de Santana - Ba. E-mail: tony.dom1987@gmail.com. Mestranda em Educação -UESB.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd (Mestrado Acadêmico) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Professora da Escola Nair D’Esquivel Jandiroba, Rede Municipal de Ensino de Itapetinga-Ba. Grupo de Pesquisa: E-mail: @gmail.com

implantadas, e a efetivação de uma metodologia do trabalho pedagógico que contemple os anseios e necessidades do aluno da cidade e do campo, visando sua aprendizagem.

Palavras-chave: EJA. Educação do campo. Evasão.

Introdução

O presente estudo se propõe a analisar a práxis educativa, as implicações na vida dos educandos da Educação de Jovens e Adultos – EJA na educação do campo e urbana, em seu histórico, marcado por desistências, evasões e repetências, e fatores diversos que levam o estudante a interromper seus estudos na idade prevista, só retomando na idade jovem ou adulta. O texto defende uma maior articulação entre as políticas públicas educacionais para melhor qualidade da educação, a fim de que esse indivíduo de percursos interrompidos se veja como agente de transformação social; bem como a conquista de sua autonomia e emancipação.

A modalidade EJA foi criada para atender aos estudantes jovens e adultos que, por razões diversas, abandonaram a escola. É um ensino pensado para atender indivíduos em suas especificidades. Assim, tanto a EJA como a Educação do Campo são modalidades de ensino com grandes similaridades em suas histórias de abandono e marginalidade na educação brasileira, que busca refletir questões como: qual importância da EJA e da Educação do Campo para os governantes brasileiros, pensando-a no domínio das políticas públicas e dos modelos da educação que têm sido implementadas no Brasil?

Por essa razão, a temática foi escolhida a partir da nossa prática pedagógica, desenvolvida há quase duas décadas nas escolas da EJA no município; e das discussões e leituras realizadas sobre a temática. Tanto a visão do professor, como dos demais profissionais e também alunos, remete-nos a analisar, através das leituras realizadas e do convívio com estes, e até confrontar o contexto histórico e tendências educacionais dos últimos anos, sobre a garantia do direito constitucional de acesso à escola e as implicações ocorridas para que a aprendizagem seja efetivada num contexto de desigualdades sociais.

Tais observações nos levam a perceber, dentre tantos outros desafios que serão citados, a necessidade da formação profissional, bem como de uma postura crítica do docente

frente à função que a escola de EJA e da Educação do Campo devem desempenhar na formação do indivíduo, que teve seu percurso escolar interrompido na infância ou adolescência, seja no campo ou na cidade. Afirma Santos e Souza (2012) ser obrigatoriedade da União em executar, a partir do Decreto nº 7.352, assinado em 2010, a formação docente. O referido Decreto legitima

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010).

Segundo Paulo Freire (1975), educador e educando são sujeitos do mesmo processo, numa relação dialógica com o conhecimento. É importante também que o docente conheça o contexto em que seu aluno está inserido e entenda que a ação de ensinar é uma ação política, e de enfrentamento, portanto, é essencial um maior comprometimento com a socialização, tanto do conhecimento científico, como cultural. Assim, afirma Libâneo (1987), que a escola é o lugar de ensino e difusão do conhecimento, é instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado.

O estudo da temática compartilha de reflexões a partir das nossas vivências, frente ao desafio de proporcionar ao aluno um ensino de qualidade, onde a aprendizagem seja significativa, pautada e contextualizada histórica, social, política e economicamente com a realidade desse indivíduo, objetivando contribuir com a ação docente nessas modalidades no processo de ensino e aprendizagem, fundamentando-os com os pressupostos teóricos aqui apresentados.

A perspectiva docente se resume em garantir a permanência e o sucesso do estudante jovem ou adulto, trabalhador ou aqueles que estão na iminência de entrar no mercado de trabalho, que chegam às escolas da EJA e da Educação do Campo, em seu processo educativo. Essa ultrapassa suas ações ou da própria Escola, precisando ser contemplada por ações do governo, através das Políticas Educacionais que priorizem o efetivo acesso à aprendizagem. Porém, quando se analisa o funcionamento nas duas modalidades de ensino em todo país, percebe-se o descaso, conforme pesquisa do IBGE divulgada por Santos e Souza (2012), destacando a Região Nordeste como a mais grave.

Os problemas ou desafios educacionais das escolas públicas perpassam momentos históricos e continuam a se firmar em resultados negativos sobre a aprendizagem,

principalmente na EJA e Educação do Campo, mostrados pelos índices de evasão, abandono e reprovação, cujas ações e envolvimento coletivos podem ser fatores que contribuem para atingir o propósito da ação educativa, que é não apenas reparadora, mas equalizadora; e atenuar os resultados negativos, garantindo não apenas ao Nordeste, mas a todo país, que o estudante tenha acesso, permaneça e consiga concluir seus estudos.

Educação: direito de todos garantido por lei

É preciso entender a história da educação para se chegar às possíveis causas da evasão escolar na educação de jovens e adultos. Muito avanços ocorreram nos últimos anos na educação do campo e na EJA, ao observarmos que nas constituições de 1824 e 1891, quando a educação urbana era para poucos, os camponeses sequer foram mencionados. A Constituição de 1934 fez referência à educação rural, a partir do modelo que atendesse ao latifúndio. Nas primeiras décadas do século XX, a educação que fora pensada e oferecida ao camponês era minimamente para atender às demandas do capital empresarial e latifundiário, na intenção de que esse trabalhador fosse preparado para desenvolver o trabalho proposto pelo interesse capital. Só a partir da Constituição de 1988 que a educação se tornou direito garantido em sua redação, e que seria de fato para todos.

A Constituição Federal de 1988 assegurou, em seu Artigo 208, que os jovens e adultos também têm direito à educação. O Estado deve oferecer obrigatoriamente educação fundamental, gratuita e de qualidade a todos que não tiveram acesso na idade própria. Esse artigo em 2009 sofre alteração e passa garantir aos educandos, por meio de programas suplementares, material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Ainda, na LDB 9.394/96, em seu capítulo II, artigo 37, parágrafo primeiro, diz que os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente aos jovens e aos adultos oportunidades educacionais, levando em consideração as particularidades dos educandos (seus interesses, condições de vida e de trabalho). A partir de então, o que a lei anteriormente chamava de “ensino supletivo”, passou a ser conhecida como “educação de jovens e adultos”.

No texto do Plano Nacional de Educação-PNE, as metas 9 e 10 tratam da erradicação do analfabetismo e oferta de matrículas que assegurem aos jovens e adultos o ingresso e a continuação de seus estudos. O problema do analfabetismo no nosso País é uma questão recorrente, apesar das tentativas de erradicá-lo. Apesar das mudanças no campo das leis,

ainda é preciso avançar muito na efetivação destas, pois não há mudanças significativas no que se refere à educação dos povos camponeses. É o resultado de um sistema educacional ineficiente e de políticas públicas inadequadas, concretizadas em programas e campanhas descontinuadas, que apareceram na tentativa de erradicar o analfabetismo.

Foi a partir das lutas dos Movimentos Sociais que uma nova concepção de educação passou a ser pensada para os jovens e adultos do meio urbano e rural, que luta para ter acesso e permanência na terra, lugar de construção da identidade. O modelo de educação ideal que se busca é o que possibilite a construção de sujeitos em suas especificidades e contexto social, no campo e da cidade, em sua formação humana. As lutas e organizações dos indivíduos resultaram em conquista de espaço nas Leis de Diretrizes e Bases – LDB, Art. 26 e 28, afirmando a educação como um direito público.

No que se refere às especificidades da Educação “do” Campo e “no” Campo, faz-se necessário clarear a diferença entre as expressões, pois “do campo” refere-se ao espaço físico que abriga os sujeitos da terra; e “no campo” refere-se ao direito que os indivíduos têm de serem educados no lugar em que vivem. As Diretrizes operacionais da Educação do Campo (BRASIL, 2001) dizem respeito aos que estão nos espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, dos espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. As conquistas deram aos povos do campo o direito à uma educação adaptada às peculiaridades da vida campestre de cada região, em seus conteúdos curriculares e metodologias apropriadas aos interesses e necessidades dos estudantes, com calendário escolar adequado aos ciclos agrícolas e condições climáticas. Apesar das mudanças nas políticas públicas, os estudantes das escolas do campo e EJA ainda se encontram em condições de grande precarização, no que se refere ao material didático e infraestrutura dos espaços físicos escolares.

Por longo período histórico, esses estudantes foram vistos apenas como sujeitos de trajetórias truncadas, alunos defasados, que não conseguem aprender e, por isso, desistem facilmente de seus estudos, ou até mesmo porque não precisam aprender a educação institucionalizada por exercerem trabalhos braçais. Com frequência, são vistas como pessoas de cultura inferior, atrasada. O que se observa é que esses indivíduos, sejam eles do campo ou da cidade, com lacunas escolares, foram colocados à margem da sociedade. Sua vulnerabilidade se vê na exclusão social e cultural, do tempo de vida, sobre os quais sobrevêm de maneira peculiar no desemprego e na falta de perspectivas e de oportunidades, na sobrevivência e na luta pelo seu espaço e pela posse da terra.

Essa mudança de olhar das políticas públicas e educacionais é o que trará a esses cidadãos de direito negado uma nova configuração da educação dos jovens e adultos urbanos e camponeses. Não se trata de secularizar o direito ao ensino básico, mas de não separar esse direito das formas concretas de oferecimento, pois são pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e precariedade em suas trajetórias. Trata-se da promoção de uma educação efetivamente democrática e emancipatória.

Nas escolas do campo em Itapetinga – BA, percebe-se algumas conquistas, como investimentos na estrutura física e facilitação ao acesso do estudante camponês à escola, entretanto, ainda assim, houve declínio na frequência, chegando ao fechamento de escolas nos últimos anos. Assim como no campo, escolas urbanas de EJA também foram fechadas. Por isso, entende-se que ainda há muito o que se fazer para que sejam superados esses e outros problemas detectados na EJA das escolas do campo. A manutenção de salas multisseriadas é um deles, interferindo nas condições de ensino-aprendizagem dos estudantes do campo e da cidade, precarizando também a ação docente.

As turmas multisseriadas ou unidocentes que são oferecidas compreendem mais de 50% no Brasil, segundo Santos e Souza (2012). É certo que a aprendizagem não perpassa somente a escola; que o estudante jovem e adulto chega na escola com inúmeros conhecimentos; que o professor é reflexo do contexto social em que está inserido, por isso, o ideal é que o docente seja parte do mesmo universo do estudante; é uma luta dos movimentos sociais do campo. O entendimento aqui é sobre a qualidade da educação, que vai além do chão da escola. Dessa forma, é preciso maior envolvimento do poder público com políticas educacionais, para que os estudantes do campo tenham incentivo para permanecerem estudando no meio rural até concluírem seus estudos.

O que se percebe é que não há valorização da cultura, do espaço, do modo de vida, dos valores dos moradores do campo. São vistos como pessoas de cultura inferior aos que vivem no meio urbano. Daí a não existência do sentimento de pertencimento por parte de muitos estudantes camponeses ao meio rural, que recebem a educação urbana, e buscam nele se referenciar. Atualmente, os movimentos sociais e povos do campo muito se têm discutido e analisado sobre as práticas pedagógicas realizadas nas escolas do campo, sobre os desafios enfrentados pelos professores e sobre a aprendizagem dos alunos, porém, muitas vezes, na prática, não são enfrentadas no sentido de que mudanças se viabilizem. Assim, cabe aqui a crítica da forma como o governo avalia a qualidade do ensino brasileiro, realizando avaliações

de larga escala em todo país, igualando alunos, quando a educação oferecida não é igualitária, quando os investimentos são ainda insuficientes para a média internacional estipulada que o país busca alcançar.

De que adianta aplicação dos exames de larga escala se as demais avaliações da aprendizagem do governo apontarem falhas no sistema educacional, se as medidas adotadas para sanar não são eficazes ou eficientes? O que esses exames têm a ver com a EJA? Ora, se o estudante do ensino básico não consegue êxito em seus estudos na idade certa, no futuro, este, em algum momento de sua trajetória, será estudante da EJA. Se faz necessário uma profunda reflexão sobre a história da educação para entender por que se prioriza um modelo de educação que objetiva formar trabalhadores para servir o capital, aptos operadores de novas tecnologias, visando o aumento de produção industrial e da lavoura, com objetivo de fortalecer as indústrias e latifúndios. Desde o final da década de 1970, quando se consolidou o processo de democratização no Brasil, a educação era oferecida para poucos, marginalizando-se a maioria, cerca de 50% dos alunos das escolas primárias desertavam em condições de semianalfabetismo ou de analfabetismo potencial na maioria dos países da América Latina, conforme cita Saviani (2002), da qual nem sequer ingressava na escola.

Nesse período, a mesma Constituição deu direito de voto ao analfabeto, surgiram vários cursos noturnos para atender aos interesses da economia naquele momento econômico, quando estava em alta a exportação agrária, e nas funções se exigiam conhecimentos básicos de leitura e escrita dos trabalhadores. E, assim, surge a ineficiência de um sistema nacional, que passa a articular uma política de educação com cursos populares noturnos, de educação primária incipiente, para adultos em área de concentração urbana, deixando excluída a população do campo.

A reflexão sobre a história da educação dos povos do campo leva à percepção de que era uma educação, até o século XX, marcada com o histórico de latifúndio, e não se preocupava com a escolarização dos povos do campo, pois o entendimento que imperava era de que não havia necessidade de escolarizar aqueles que trabalhavam com agricultura. Não havia tampouco a preocupação com a elaboração de uma proposta educacional específica para atender aos camponeses jovens e adultos, sendo utilizada a mesma proposta pensada para a educação urbana, até o final do mesmo século, segundo Santos e Souza (2012).

Na década de 1990, um novo momento se configura. A política neoliberal assumida pelos governantes foi marcada por um período de desalento dos educadores ao perceberem

que as políticas educacionais reconheciam a importância da Educação, mas transferiam, em parte, a responsabilidade do financiamento da Educação à iniciativa privada. Décadas depois, as avaliações continuam pontuando baixos níveis de aprendizagem dos alunos, na pouca valorização e profissionalização dos professores, e na marginalidade dos povos do campo. Algumas conquistas dos anos 80 ficaram reduzidas minimamente ao acesso do aluno à escola, ainda que sem condições apropriadas, pois, sequer oferece materiais apropriados para atender esse público.

Apesar do crescimento em números, apontados pelo governo nos indicadores, ainda há necessidade de grandes mudanças, que vislumbre uma efetiva qualidade da educação como um todo, uma vez que ainda está aquém do esperado, principalmente se for levado em conta o desenvolvimento das modalidades EJA e educação do campo. E se pensar nas críticas a essas avaliações, não há mérito, visto que muitos municípios treinam os alunos especificamente para realizar tais avaliações, na intenção de mascarar os baixos rendimentos, o que torna o resultado ainda pior. A educação brasileira precisa muito mais do que avaliações padronizadas para medir a qualidade da educação. Os baixos níveis de aprendizagem nas escolas de todo país refletem não apenas nos resultados finais, pois segue com um histórico de repetências e evasões, e com um processo crescente de juvenilização na EJA, com o qual a escola possivelmente não conseguirá garantir um ensino de qualidade ao aluno.

O processo de juvenilização está atrelado a problemas sociais e econômicos muito maiores do que a escola consiga resolver. É comum ouvir as pessoas dizerem que os jovens não terminaram seus estudos porque não quiseram. Todavia, o abandono dos estudos traz reflexos de uma realidade cruel que os obriga a desistirem de seus estudos para trabalhar pela sua própria sobrevivência e, muitas vezes, da família, seja ele do campo ou da cidade, com realidades semelhantes nesse aspecto. Em consequência disso, o perfil de estudantes da EJA é formado por pessoas de baixa renda, em sua maioria negros, que retornam à escola com o anseio de concluir seus estudos, a fim de construir possibilidades de mudanças e transformarem minimamente suas realidades.

Ao refletir sobre a escola da educação básica nos últimos anos, observa-se a busca pela manutenção do aluno através dos incentivos dados pelo governo federal, investimentos tais como: concessão de bolsas, auxílio no transporte, em tecnologias, merenda escolar, complementação da União ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, apoio à educação infantil e EJA, dentre outros; mas vale ressaltar que esses

incentivos ainda não garantem a permanência e sucesso do estudante, ainda que sejam perceptíveis. Sendo assim, a ideia é respaldada por Saviani (1986), quando diz que é fundamental garantir uma escola elementar, que possibilite o acesso à cultura letrada, disponibilizando todos os esforços necessários para que o estudante seja alfabetizado, e não apenas isso, mas que tenha domínio de conhecimento nas ciências que estão disponíveis indistintamente a todos.

Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo: direito de todos, responsabilidade do Estado

Cidadania e educação são termos que constantemente se relacionam, por considerar que um é a condição para a existência do outro. Ser cidadão diz respeito a fatores de ordem política, econômica e isso implica na questão social. Para o senso comum, a condição de cidadão associa-se ao cumprimento de deveres de ordem política, principalmente através do voto. As camadas menos esclarecidas executam tal prática acreditando que, com isso, estão exercendo sua cidadania plenamente. Entretanto, só pode ser plenamente exercida quando o indivíduo se vê em condição de vida emancipatória, visando a transformação social.

Nessa perspectiva, retoma-se a discussão do papel do Estado, na Educação de Jovens e Adultos, como instrumento legitimador da dignidade que todo cidadão precisa possuir. Contudo, cabe registrar a construção do Estado Moderno, localizado na envergadura da ideia liberal, que nasce a partir dos valores banais. Cabe refletir, qual seria a função do Estado no que diz respeito à educação, como condição para a cidadania, dos que tiveram seus estudos interrompidos por adversidades da vida? Até onde a escola contemporânea estaria de fato comprometida, uma vez que é promovida por este Estado?

Tornar-se cidadão equivale a fazer parte dos assuntos da cidade dos aspectos sociais, políticos e econômicos. Ter direito a reclamar e lutar pelos seus direitos, quando entender que não estão sendo respeitados. A Declaração dos Direitos Humanos reconhece a insuficiência dos direitos naturais do homem como garantia de felicidade e reivindicam do Estado o espaço de defesa do direito natural, como garantia da liberdade. Seus artigos descrevem os direitos civis como aqueles que garantem a liberdade individual e política, quando toca em aspectos como a participação política e os direitos sociais. E esse conhecimento de direitos precisa chegar claramente aos estudantes, para que se aproprie e aprendam lutar por eles.

A educação é um direito fundamental, porque é a base, o ponto de partida de toda luta pela justiça social e pela igualdade, contra a humilhação e o desprezo a que são submetidas milhões de pessoas por viverem em condições econômicas desfavoráveis. Como garantir no contexto de uma sociedade desigual uma qualidade de educação igual para todos? Esses direitos devem se constituir como políticas públicas direcionadas à Educação, com o fim de efetivar o direito pleno a ter direitos.

Um foco na EJA do município: história de conquistas e retrocessos

No ano 2000, após as mudanças ocorridas nas escolas estaduais em Itapetinga-BA, com implantação da EJA, era oferecida aceleração dos estudos de dois anos em um apenas. Essas mudanças refletiram nas escolas municipais com uma grande perda em número de alunos, pois buscavam acelerar seu processo formativo em menos tempo. A não implantação dessa modalidade no município se deu em apenas uma das escolas, pois tratava-se de um projeto piloto. O ensino noturno em seriação oferecido no período apresentava um grande desafio, para manter-se em funcionamento com poucas salas de aula e baixo número de alunos; além de professores excedentes. Tal situação era preocupante para a Rede Municipal, e desestimulante para os alunos que buscavam meios de acelerar seus estudos.

Não era diferente nas escolas do campo que, até meados do ano 2008, ofereciam apenas a educação dos anos iniciais, restando aos estudantes que almejassem continuar com seus estudos ter que estudar nas escolas do meio urbano. Tanto no campo como na cidade, a educação noturna oferecida mais parecia um arranjo improvisado da educação básica do ensino regular, pois o currículo e material didático utilizados eram os mesmos para ensinar crianças e adolescentes, com realidades totalmente diferentes dos alunos das escolas noturnas.

Até mesmo as escolas estaduais noturnas do município, apesar de contar com a implantação da modalidade EJA, apresentavam dificuldades na efetivação das propostas implantadas pela Secretaria de Educação do Estado, sendo, no entanto, praticada de forma ainda desarranjadas no começo do seu funcionamento. Tudo era novo para os professores, da proposta pedagógica à prática em sala de aula. O que antes funcionava com seriação passou a ser oferecido dois anos em um. No início não havia um parâmetro de atuação, na forma de organização, causando, assim, grandes prejuízos didáticos no processo de ensino-aprendizagem do aluno jovem e adulto.

Isso ocorreu devido ao desconhecimento da modalidade e formação docente insuficiente para habilitá-los a atuar com as novas políticas implementadas nas duas Redes de Ensino. Para os professores da Rede Estadual, aconteceram algumas formações, o que não houve para os professores municipais inicialmente. Assim, de forma isolada e fragmentada, o Estado e o Município terminaram por assumir a responsabilidade de oferecer a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, mesmo sem a devida preparação.

Foi pensando no declínio expressivo no número de estudantes que não mais procuravam se matricular nas escolas municipais com a mesma intensidade, que a Secretaria Municipal de Educação, que atuava em 2009, propôs a implantação da EJA nas escolas de atendimento noturno. Nesse mesmo ano, começaram as dificuldades em não saber o que ensinar, e como ensinar. Surgia a necessidade de diretrizes que viessem nortear o trabalho de professores e demais profissionais.

Então formou-se uma comissão com representantes das escolas para auxiliar nas discussões, visando a elaboração de um documento norteador que tivesse o perfil e trouxesse as marcas da EJA municipal. Procurou-se dialogar com cada instituição sobre a realidade da educação do município, no intuito de elaborar estratégias e reverter a realidade posta. Assim, com base nas diretrizes, as ações metodológicas poderiam colaborar com a prática dos docentes que pouco entendiam da modalidade e, conseqüentemente, assegurar que a educação de jovens e adultos contribuíssem efetivamente na construção dos conhecimentos condizentes com a realidade desses indivíduos.

Durante a realização das pesquisas e elaboração do documento municipal, percebeu-se as debilidades e as reais necessidades de oferecer uma educação de Jovens e adultos no município, uma vez que nas falas dos docentes ecoavam, de forma quase que uníssona, apontando nos percursos os desafios pelos quais passariam para construir uma educação que melhor atendesse aquele público no município. Percebe-se que todo o percurso entre a pesquisa, a construção e finalização das diretrizes, não foram pensadas com os atores das escolas do campo, apesar de serem contemplados em alguns aspectos dos temas geradores propostos.

Estrutura das Diretrizes Curricular da EJA municipal

A estrutura curricular está organizada a partir de Eixos Temáticos e Temas Geradores, que compreendem elementos organizadores das diferentes áreas do conhecimento, com temas que provocam reflexões necessárias, pensados para atender às necessidades da EJA. É necessário superar o modelo multidisciplinar para além de educar por campo do saber, que forme sujeitos emancipados que se encarreguem das questões educativas e sociais. A construção do documento leva em conta as especificidades do processo de ensinar e de aprender na EJA; cabe aos educadores o pensar, o planejar e o fazer educativo voltado para a emancipação dos sujeitos.

Assim, as Diretrizes trazem sugestões da organização dos temas geradores, os quais são: Diversidade Cultural, Gênero: o lugar da mulher na sociedade; Identidade afro-brasileira e indígena; A família e sociedade plural: crise e sentidos; Ações coletivas para a construção da cidadania; Aldeias e Quilombos: espaço de lutas e resistência; O cidadão como sujeito de direitos e deveres; O desemprego, a fome e suas consequências; A saúde do planeta; Direito à qualidade de vida dos setores populares; Segurança e defesa da saúde; As drogas lícitas e ilícitas como ameaça à vida; Relações de poder no mundo do trabalho; Experiências históricas de emancipação; Movimento sindical e as relações de trabalho; Estratégias de emancipação e participação política nas relações de trabalho; Trajetória de movimentos sociais; Concepção de meio ambiente e suas implicações; Movimentos em defesa do meio ambiente; Atuação das lideranças populares em defesa da vida.

Em todo o processo de discussão e construção, evidenciou-se ainda mais a necessidade de implantação e efetivação da proposta em todas as escolas municipais do meio urbano, mas ainda não pensado nas particularidades dos povos do campo, e que esta ficaria condicionada a uma série de variáveis, sendo que dentre algumas mais urgentes delas eram: o processo formativo de todos os docentes da Rede Municipal que atuam na EJA e a produção de material didático-pedagógico específico, pois o município não dispunha, por não ter sido contemplado pelo PNLD em sua totalidade de alunos da rede, uma vez que apenas uma das escolas estava cadastrada como EJA, e só esta receberia livro didático no período da implantação das diretrizes curriculares.

Acredita-se que a concretização do documento foi, como é comum acontecer no Brasil, fruto das lutas e reivindicações justas e históricas, que terão seu alcance ao longo do tempo, principalmente por não alcançar a totalidade das escolas de EJA, sendo um marco de um novo tempo na história da educação de jovens e adultos nas escolas municipais de

Itapetinga. Ainda não é o modelo de EJA ideal, que cumpre tudo que foi pensado e planejado no momento de sua elaboração, principalmente pelo fato de não ter incluída EJA das escolas do Campo, levando em consideração suas especificidades.

Como alento, a EJA na educação do campo contou com projetos do governo federal e estadual que tiveram alcance no município, com o fim de desenvolver uma educação emancipatória, para atender aos alunos do campo em suas especificidades, tais como o programa PROJOVEM CAMPO, que visa valorizar e ampliar nos jovens os saberes da terra; o Programa DESPERTAR, voltado para a responsabilidade social, com material didático oferecido pelo próprio programa; o Programa ESCOLA ATIVA, voltado para classes multisseriadas, como PRONERA, com uma política de educação específica para assentamentos, que depois se expandiu para demais modalidades de ensino; dentre outros de alcance nacional.

A Função Social da EJA

Diante dos rumos que a educação vem tomando no Brasil, é essencial que educadores entendam que as conquistas só acontecem mediante enfrentamentos e reivindicações, doutra sorte continuam engrossando os índices de estudantes marginalizados da EJA por uma sociedade, que fomenta a desigualdade social, na qual a riqueza e as oportunidades se concentram nas mãos de poucos.

Nestes termos, entende-se a necessidade de trabalhar uma proposta pedagógica específica para a EJA, que esteja alinhada ao Estado para garantir aos jovens e adultos, estudantes do campo ou da cidade, nas especificidades do seu tempo humano, uma educação básica emancipatória e de qualidade. Trata-se de uma Educação entendida enquanto processo de formação humana plena que, embora acolhido na conjuntura escolar, precisa considerar as particularidades dos indivíduos em sua totalidade, que buscam usufruir dessa modalidade de educação. Essencialmente, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular: formação educacional, política e social. Cabe aqui as palavras de Freire (2001) sobre o conceito de educação, um dos grandes alfabetizadores de adultos, que lutou por uma educação transformadora, libertadora e crítica, quando disse que Educação de Adultos se move na direção da Educação Popular, na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores.

Entende-se que, para a garantia de uma educação conscientizadora dos jovens e adultos, independentemente de ser da cidade ou do campo, o currículo deverá ser pautado na pedagogia crítica, que considere a educação como práxis social, como espaço e tempo de emancipação e de formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma. Entende-se essas duas modalidades educacionais, a EJA e educação do campo, como essenciais em atender a estudantes trabalhadores, a partir do compromisso com a formação humana, de forma que a partir da sua consciência crítica abrace o compromisso no desenvolvimento da sua autonomia.

A EJA no contexto neoliberal

Na legislação atual, a função compensatória da educação de adultos fica evidenciada, quando deixa claro sua finalidade de atender a uma clientela de baixa renda, sem escolarização, com o objetivo explícito de complementar situações iniciais de escolarização não suficientemente resolvidas. Os projetos dos anos 1990 (LDBEN 9.394/96 e PNE - 2001) trouxeram a mobilização de setores organizados da área educacional, e a EJA passa a ser reconhecida como modalidade da educação. De fato, houve uma mobilização social significativa na construção da EJA como um direito de cidadania.

Contrário aos princípios de respeito e valorização da pluralidade, que são o fundamento da educação nas sociedades democráticas, cabe refletir sobre um dos mais novos documentos, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento elaborado para nortear os currículos e propostas pedagógicas das escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio em todo país. Em sua segunda versão em 2016, num ensaio de incluir a EJA, traz no texto acrescentada a expressão “jovens e adultos”, onde se lia apenas “crianças e adolescentes”. Com isso, o problema da falta de equidade só se acentua, pois se configura que não houve a devida preocupação com as modalidades EJA e Educação do Campo, a ponto de se debruçar sobre elas devidamente e problematizar sobre suas especificidades. A crítica que se faz à proposta da Base Nacional é o fato de não contemplar as duas modalidades, deixando lacunas em sua função de norteá-las.

Segundo Saviani (1997), o trabalho educativo produz nos indivíduos a humanidade, alcançando sua finalidade quando estes se apropriam dos elementos culturais necessários à sua humanização. Assim, é essencial garantir a possibilidade ao homem tornar-se livre, consciente e responsável. Para isso, tanto a escola como as demais esferas sociais devem

proporcionar a procura, a investigação, a reflexão, buscando razões para a explicação da realidade, uma vez que é através da reflexão e do diálogo que surgem respostas aos problemas.

Considerações Finais

Diante do exposto, considera-se este estudo relevante, tanto nos aspectos teóricos, como na análise das informações obtidas através das pesquisas, elementos essenciais para referenciar o processo educativo nas escolas de EJA e da Educação do Campo no município, no sentido de contribuir para uma reflexão mais profunda dos aspectos abordados sobre o modelo de educação oferecida no âmbito nacional.

É sabido que a qualidade da aprendizagem e a permanência do aluno se consolidam com a apropriação do conhecimento científico e cultural, de forma contextualizada. Para isso, deve ser considerada uma nova postura, tanto dos governantes quanto dos educadores, frente ao processo do ensino e aprendizagem. Dessa forma, é preciso rever o cumprimento das leis, no que se refere aos investimentos na educação; e a prática pedagógica, visto que há contradição entre o que se expressa na teoria e o que realmente se efetiva na prática.

A escola, enquanto instituição formadora, precisa assumir sua responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento dos sujeitos que dela fazem parte, assegurando a participação destes na construção coletiva do indivíduo, fazendo com que todos se sintam corresponsáveis na concretização do desenvolvimento do educando. Também precisa assegurar a efetivação do documento elaborado para nortear a proposta pedagógica, as Diretrizes Curriculares, a fim de cumprir melhor sua funcionalidade enquanto instituição promotora da educação libertadora, em seu aspecto peculiar condizente ao público que é assistido pelas duas modalidades, promovendo aulas bem elaboradas, que atendam aos jovens e adultos, em seu tempo de estudo e estrutura de funcionamento diferenciados.

Somente uma educação que realmente efetive a equidade entre os indivíduos, em que não haja dominados nem dominantes, poderá contemplar a formação integral do sujeito. Da mesma forma, depende uma educação de qualidade e a possibilidade de ter uma sociedade mais justa, na qual a ética exista e se firme enquanto ciência da conduta entre homens. Ao governo compete cumprir a legislação e garantir as condições básicas para uma Escola Pública de qualidade, destinando recursos financeiros necessários, promovendo a

democratização no âmbito escolar, oportunizando a autonomia da gestão escolar e investindo na formação dos profissionais. Infelizmente ainda não chegou ao ideal que se precisa para sanar a maioria dos problemas que culminam na evasão, desistência e repetência dos estudantes da EJA e da Educação no Campo.

Após as leituras e análises de informações obtidas, conclui-se com a expectativa de que este artigo corrobore para auxiliar no processo de reflexão e enfrentamento dos desafios que confrontam constantemente os profissionais da educação e estudantes. A construção deste trabalho foi uma oportunidade de extrema importância, pois alargou sobremodo o conhecimento da realidade social de comunidades e modalidades que ficam à margem da sociedade, e de grupos de profissionais que precisam de um olhar especial.

Referências

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BAHIA (Estado). Secretaria Municipal de Educação. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**. Volume Único. Itapetinga, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação**. Brasília. 2001. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL **Ministério da Educação**. MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=18564>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Pesquisa nacional da educação na reforma agrária**. Brasília, DF: INEP, Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488459>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP, Editora Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, RS. Ed. Artes Médicas, 2000.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3.ed. Campinas, SP, Editora Autores Associados, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1987.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 35.ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1983.

SPOSATI, Adailza de Oliveira (et.al). **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão de análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Assistência Social na prática profissional: história e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 85. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacyr; ROMÃO, José (Org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. Vol. 5. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da escola cidadã).